

PROCESSO - A.I. Nº 232214.0012/02-9
RECORRENTE - CARLOS ANTONIO SANTANA ANDRADE
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 3ª JJF nº 0096-03/03
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 29.05.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0262-11/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA À TRIBUTAÇÃO. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Modificada a Decisão. Comprovado nos autos que parte das operações foram canceladas mediante a devolução da mercadoria, o que gerou a emissão das respectivas notas fiscais de entrada, pelo fornecedor da mesma, para acobertar o seu retorno. Infração comprovada em parte. Recurso **PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão da 3ª JJF, que julgou o Auto de Infração Procedente em Parte – Acórdão JJF n.º 0096-03/03 – para exigir multa em decorrência da falta de registro, na escrita fiscal, de notas fiscais de entradas de mercadorias sujeitas à tributação, correspondente a 10% do valor comercial das mesmas. Foram excluídas do débito as Notas Fiscais n^{os} 234.464/00 e 013.608, que comprovadamente foram lançadas no livro Registro de Entradas.

Alegou o recorrente que o art. 654, do RICMS/97, fala das regras para o estabelecimento que receber as mercadorias em retorno por devolução, e não para aquele que as devolveu, e que foram juntadas as cópias das notas fiscais de entrada emitidas pela empresa Poltex Polido Têxtil S/A, como orienta o inciso I, do mesmo artigo, e que deixou de cumprir o disposto nos demais incisos deste, por não ter sido o autor da devolução, que foi o representante do remetente, e que não tinha conhecimento destas notas fiscais emitidas em seu favor.

Concluiu requerendo que seja considerado sem efeito o Auto de Infração.

A representante da PROFAZ, na sua manifestação, observou que, na hipótese em tela, o cerne da ação reside na falta de registro de notas fiscais de entrada de mercadorias sujeitas à tributação, e a infração constatada pelo autuante está claramente tipificada e comprovada, não tendo o recorrente logrado atestar em seus livros fiscais a escrituração de todas as notas fiscais elencadas no lançamento tributário.

Opinou pelo Improvimento do Recurso Voluntário.

VOTO

O presente Auto de Infração trata da exigência de multa em decorrência da falta de registro, na escrita fiscal, de notas fiscais de entradas de mercadorias sujeitas à tributação, correspondente a 10% do valor comercial das mesmas.

O recorrente reclama, apenas, que as notas fiscais emitidas pela empresa Poltex Polido Têxtil S/A deveriam ser excluídas da autuação, porque jamais recebeu tais mercadorias, uma vez que as operações foram canceladas pelo remetente.

A 3ª JJF, após citar os artigos 654 e 636, do RICMS/97, não acolheu os seus argumentos defensivos, pelas seguintes razões (*in verbis*):

1. *“não há, nos autos, a fotocópia do livro Registro de Entradas do remetente, com o lançamento das notas fiscais nºs 2379, 2463, 2465, 2466 e 2467;*
2. *não foram trazidas ao PAF as primeiras vias das notas fiscais originárias nºs 025.617, 026.246, 026.299, 026.327 e 026.415, com a observação, antes de se iniciar o retorno, pela pessoa indicada como destinatária ou pelo transportador, quanto ao motivo de não ter sido entregue a mercadoria: recusa de recebimento, falta de localização do endereço, mercadoria fora das especificações, estabelecimento fechado ou inacessível, ou outro qualquer;*
3. *não foram acostadas as primeiras vias dos Conhecimentos de Transporte Rodoviário de Cargas com a observação de que não houve a entrega das mercadorias;*
4. *não há, no PAF, nenhum elemento comprobatório de que o valor eventualmente debitado ao destinatário das mercadorias (o autuado) não tenha sido recebido pelo vendedor.”*

Com a devida *venia*, discordo do entendimento manifestado no julgamento da 1ª Instância e pela representante da PROFAZ, pois os mencionados artigos se reportam a sistemática a ser adotada pelo estabelecimento que receber, em retorno, mercadoria que por qualquer motivo não tiver sido entregue ao destinatário, ou seja, pelo emitente do documento fiscal, que, no caso, não é o recorrente, mas sim o seu fornecedor.

Estes procedimentos são necessários para que se garanta o aproveitamento do crédito fiscal pelo remetente da mercadoria que, por ventura, deixar de entregá-la ao destinatário, e não para que se comprove que este deixou de recebê-la.

Os documentos anexados pelo autuado às fls. 176 a 181 dos autos, ao meu ver, comprovam, indubitavelmente, que as operações de venda foram canceladas mediante a devolução da mercadoria, o que gerou a emissão das respectivas notas fiscais de entrada para acobertar o seu retorno.

Não há como se exigir do autuado que traga os documentos pretendidos no julgamento da 3ª JJF, pois estes, como já dito, são de responsabilidade do seu fornecedor.

Pelo que expus, concluo que a Decisão recorrida merece reforma, e o meu voto é pelo PROVIMENTO do Recurso Voluntário, para modificá-la e julgar PROCEDENTE EM PARTE o Auto de Infração, excluindo do débito as mencionadas notas fiscais.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão Recorrida e julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 232214.0012/02-9, lavrado contra **CARLOS ANTONIO SANTANA ANDRADE**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa, no valor de **R\$41,60**, atualizada monetariamente, prevista no art. 42, IX, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de maio de 2003.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFZ